



## BOLSA RENOVA RECORDE APÓS ATA DO COPOM; DÓLAR FECHA EM QUEDA

A Bolsa subiu 1,57% nesta terça-feira (3) e encerrou o dia aos 185.674 pontos, renovando o recorde de fechamento. O desempenho foi impulsionado pelo maior apetite ao risco e pela entrada de capital estrangeiro no país.

O movimento foi motivado pela divulgação da ata da última reunião do Copom. O documento reforçou a intenção do Banco Central de iniciar o ciclo de cortes de juros na próxima reunião, em março, elevando o otimismo no mercado acionário.

É a primeira vez que o Ibovespa, índice de referência do mercado acionário brasileiro, termina o pregão acima dos 185 mil pontos.

Na máxima do dia, o índice atingiu os 187.333 pontos, estabelecendo um novo recorde intradiário e superando a marca histórica dos 187 mil pontos pela primeira vez.

O dólar, por sua vez, recuou 0,17%, cotado a R\$ 5,247, refletindo o fortalecimento do real ao longo do pregão.

Segundo a ata, a sinalização do Copom por um corte na taxa Selic em março vem após melhora da inflação e a aproximação das expectativas em direção à meta de 3%. O alvo central do BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

"O comitê se aprofundou na discussão sobre calibra-

ção da política monetária, no contexto atual de um ambiente de melhora do cenário inflacionário corrente e expectativas de inflação menos distantes da meta, que proporciona maiores evidências sobre a transmissão da política monetária", afirmou.

O colegiado do BC, contudo, disse que todos os membros concordaram sobre a necessidade de manter a taxa básica em um patamar elevado até que se consolide o processo de desinflação e convergência das expectativas ao alvo central.

Para Natalie Victal, economista-chefe da SuLAmérica Investimentos, o documento deixa em aberto o ritmo e o tamanho do ciclo de cortes.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Copom vê melhora da inflação e expectativas mais próximas da meta para cortar juros em março**

**Paes diz que Lula vai revogar norma que permite aumento de passageiros no Santos Dumont**

**STM recebe pedido de expulsão de Bolsonaro e militares condenados por trama golpista**

**Fluxo de investidores estrangeiros na B3 em janeiro bate marca de 2025 todo**



**Ruvo capta US\$ 4,6 milhões para modernizar remessas entre Brasil e EUA**





## NO MUNDO

## Um mês após captura de Maduro, Venezuela vive abertura econômica sob tutela dos EUA

Venezuelanos foram às ruas de Caracas nesta terça-feira (3), um mês após o episódio em que Donald Trump cumpriu uma ameaça recorrente e ordenou uma ofensiva militar contra a Venezuela, que terminou com a captura do líder Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores.

Nem todos marcharam pelo mesmo motivo. De um lado, apoiadores do chavismo pediam a libertação de Maduro em um ato e vigília convocados pelo regime, agora comandado por Delcy Rodríguez. Do outro, estudantes, integrantes da oposição e ex-presos políticos, agora libertados, pediam o avanço da proposta de anistia.

As manifestações refletem incertezas que pairam sobre o futuro da Venezuela -ainda que, neste último mês, o país tenha passado por mudanças até então impensáveis. Sob pressão



de Washington, Caracas anunciou mudanças na economia e começou a afrouxar a sua máquina de repressão.

O Parlamento da Venezuela aprovou uma reforma em sua lei de hidrocarbonetos, que regula a extração e o comércio de petróleo. O novo texto oferece mais garantias ao setor privado, cede o controle estatal da exploração e reduz impostos. Pouco depois de sua aprovação, os EUA anunciaram uma flexibilização do embargo que Trump impôs ao petróleo venezuelano em 2019.

"As mudanças no setor

petrolífero aconteceram de maneira muito rápida. O chavismo sempre buscou desincentivar parcerias com capital privado e estrangeiro porque o petróleo e a PDVSA [estatal venezuelana do setor] são a galinha dos ovos de ouro da Venezuela. Quem controla isso, controla infraestrutura e política", afirma Marsílea Gombata, professora de relações internacionais da Faap.

Em paralelo, EUA e Venezuela avançaram na retomada das relações, que tinham sido rompidas por Maduro em 2019.

Folhapress

## EUA abatem drone do Irã perto de porta-aviões, e petroleiro é perseguido

Após três dias de cruciais negociações para evitar uma nova guerra no Oriente Médio, um drone de vigilância do Irã foi abatido por um caça F-35C americano aos se aproximar do USS Abraham Lincoln, o porta-aviões que é a mais vistosa peça do cerco militar montado por Donald Trump contra a teocracia.

O relato foi feito pela agência Reuters e confirmado pela porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, à Fox News. O navio estava no norte do mar da Arábia, próximo de Omã e a cerca de 800 km do Irã, onde opera desde a semana passada.

O drone abatido era do modelo Shahed-139, uma versão mais avançada do mais comum avião-robô iraniano, que não leva armas. Já o F-35C, versão naval do caça de quinta geração, é

operado do porta-aviões e estava em patrulha.

Em outro incidente na região nesta terça-feira (3), seis lanchas armadas com metralhadoras de grosso calibre da Guarda Revolucionária iraniana perseguiram e tentaram abordar um petroleiro americano.

O navio estava no vital estreito de Hormuz, rota de 20% da produção de petróleo e gás liquefeito do mundo, que tem toda sua margem norte dominada pelo Irã.

Segundo as agências de segurança marítima UKTMO e Vanguard, o M/T Stena Imperative, que é de propriedade dinamarquesa mas usa bandeira dos Estados Unidos, deixava os Emirados Árabes Unidos rumo à base naval americana no Bahrein quando as lanchas se aproximaram.

Igor Gielow/Folhapress

## União Europeia precisa virar federação para não acabar, diz Mario Draghi



A União Europeia precisa deixar de ser uma confederação e se tornar uma federação, ou seja, funcionar como um país. Caso contrário, o atual cenário geopolítico aponta para sua "subordinação, divisão e desindustrialização", afirmou Mario Draghi, na última segunda-feira (2).

Ex-primeiro-ministro italiano e ex-presidente do Banco Central Europeu, Draghi é tido como o salvador do euro durante a crise de débito dos anos 2010. Seu aperto monetário, simbolizado pela frase "tudo o que for necessário", virou um paradigma econômico. Desde 2024, o economista empresta o sobrenome a

um relatório de competitividade encomendado pela UE, citado frequentemente pelas autoridades europeias como tarefa a ser realizada, a despeito das dificuldades.

Para Draghi, "o poder exige que a Europa passe de uma confederação para uma federação", porque a ordem global está "agora extinta".

Uma confederação reúne entidades soberanas, enquanto uma federação agrega entidades autônomas, mas subordinadas a um poder único. Como um país, portanto.

Em discurso na Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, onde recebia o título de doutor honoris causa, Draghi ressaltou que a UE tinha excelente de-

sempenho em seus setores federados, como comércio, concorrência, mercado comum e política monetária. Neles, "é respeitada como uma potência e pode negociar como uma".

Usou como exemplo dessa autoridade o acordo de livre comércio com o Mercosul, aprovado no mês passado, e pacto semelhante fechado com a Índia na semana passada.

"Nos setores em que não fizemos isso -na defesa, na política industrial, nas relações externas-, somos tratados como um conjunto disperso de Estados de média dimensão, que podem ser divididos e tratados como tal", afirmou.

Folhapress

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo  
COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: FolhaPress,  
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-  
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da





## ECONOMIA

### Copom vê melhora da inflação e expectativas mais próximas da meta para cortar juros em março



O Copom (Comitê de Política Monetária) reforçou o plano de iniciar o ciclo de cortes de juros na próxima reunião, em março, depois de ver a melhora da inflação e a aproximação das expectativas em direção à meta de 3%, mostrou ata divulgada pelo Banco Central nesta terça-feira (3).

O colegiado do BC, contudo, disse que todos os membros concordaram sobre a necessidade de manter a taxa básica (Selic) em um patamar elevado até que se consolide o processo de desinflação e convergência das expectativas ao alvo central. O comitê ressaltou o dinamismo do mercado de trabalho entre os fatores que pressionam os preços.

"O comitê se aprofundou na discussão sobre calibra-

ção da política monetária, no contexto atual de um ambiente de melhora do cenário inflacionário corrente e expectativas de inflação menos distantes da meta, que proporciona maiores evidências sobre a transmissão da política monetária", afirmou.

"O comitê julgou adequado sinalizar o início de um ciclo de redução da taxa de juros em sua próxima reunião. Ao mesmo tempo, de maneira unânime, o comitê reafirma a necessidade da manutenção do patamar de juros em níveis restritivos", acrescentou.

Na avaliação do Copom, a condução cautelosa da política de juros tem contribuído para o recuo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

O alvo central do BC

é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. No atual modelo, de meta contínua, o objetivo é considerado descumprido quando a inflação acumulada permanece durante seis meses seguidos fora do intervalo, que vai de 1,5% (pisso) a 4,5% (teto).

Na última quarta-feira (28), o Copom manteve inalterada a Selic em 15% ao ano pela quinta reunião seguida. Apesar da sustentação dos juros, indicou que prevê dar início ao ciclo de queda da taxa básica no encontro seguinte, em março.

Na ata, o colegiado do BC não sinalizou qual será a intensidade dos cortes e a duração do ciclo de flexibilização dos juros, evitando se amarrar antecipadamente a um ritmo específico. Folhapress

### Portabilidade de crédito já pode ser feita de forma digital

A partir desta semana, os correntistas podem pedir a portabilidade de crédito via open finance, com a transferência de empréstimos entre instituições financeiras de forma totalmente digital, diretamente pelos aplicativos dos bancos. Lançada dias após o open finance completar cinco anos, a novidade marca um novo passo na ampliação da concorrência no mercado de crédito.

Fora do ambiente do open finance, a portabilidade de crédito costuma levar de 20 a 25 dias. Com a nova funcionalidade, o consumidor ganha mais agilidade, transparência e poder de escolha na hora de renegociar seus empréstimos.

Nesta fase inicial, o serviço está disponível apenas para operações de crédito pessoal sem consignação, conhecido como crédito "clean". A expectativa é que, gradualmente, outras modalidades sejam incorporadas ao sistema, ampliando o alcance da funcionalidade.

Em entrevista coletiva concedida nesta terça-feira

(3), a presidente-executiva da Associação Open Finance Brasil, Ana Carla Abrão, classificou o lançamento como um marco para o ecossistema financeiro. Segundo ela, o objetivo é tornar o mercado mais transparente, comparável e acessível para o consumidor.

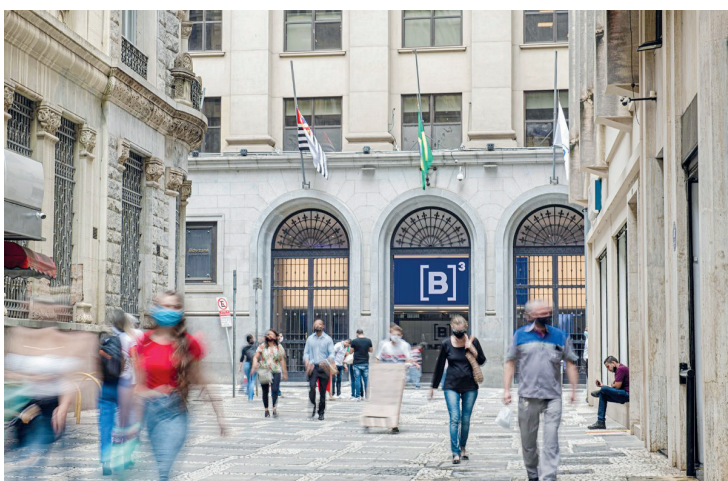
"A ideia é chegar ao crédito imobiliário, ou seja, abarcar o mercado de uma maneira muito ampla do ponto de vista de portabilidade", explicou Abrão.

De acordo com o cronograma atual, a portabilidade do consignado do INSS deve entrar em operação a partir de novembro de 2026.

Lançado em 1º de fevereiro de 2021, o open finance é o sistema que permite o compartilhamento padronizado e seguro de dados financeiros entre instituições, sempre com o consentimento do cliente. Criado pelo Banco Central (BC), o modelo ampliou o antigo open banking ao incluir não apenas dados bancários, mas também informações de crédito, investimentos, seguros e previdência.

Wellton Máximo/ABR

### Fluxo de investidores estrangeiros na B3 em janeiro bate marca de 2025 todo



O volume aportado por investidores estrangeiros na B3, a Bolsa de Valores brasileira, em janeiro deste ano superou a soma total do ano de 2025.

O saldo líquido, incluindo follow-ons (novas ofertas de ações), foi de R\$ 26,47 bilhões -praticamente equivalente ao saldo de 2025, quando a soma foi de R\$ 26,87 bilhões, segundo levantamento da consultoria Elos Ayta.

Uma das consequências desses aportes foi a disparada do Ibovespa, principal índice acionário do país. A alta acumulada foi de 12,56% no mês passado, no que foi a maior valorização mensal registrada desde a pandemia de coronavírus.

Na série comparativa que data desde janeiro de 2010, janeiro de 2026 só ficou atrás de março de 2016 e de novembro de 2020, quando os ganhos foram de 16,97% e 15,9%, respectivamente.

A entrada de investidores estrangeiros no país deriva de um movimento de diversificação de carteiras em escala global, reflexo, entre outros fatores, dos temores instalados pela condução geopolítica do governo Donald Trump.

Essa rotação começou a ganhar corpo no ano passado, quando as idas e vindas do tarifaço do republicano tiraram a previsibilidade sobre a condução da economia norte-americana. Operadores passaram a olhar o mercado dos Estados

Unidos com mais cautela e começaram a investir em praças menos expostas à volatilidade instalada pelo presidente.

A estratégia também teve como fundamento a desvalorização dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, uma das consequências dos cortes de juros do Federal Reserve.

Parte desse fluxo foi para mercados desenvolvidos, como europeus e japoneses. Outra parte relevante, porém, foi destinada para emergentes -e o Brasil recebeu uma parte desse montante. O movimento ganhou mais tração no mês passado depois que Trump iniciou uma cruzada na Venezuela, no Irã e na Groenlândia, ilha ártica da Dinamarca. Folhapress



## POLÍTICA

## Paes diz que Lula vai revogar norma que permite aumento de passageiros no Santos Dumont



O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta terça-feira (3), em um evento fora da agenda oficial, para tratar da situação dos aeroportos na capital fluminense.

De acordo com Paes, Lula decidiu revogar uma decisão que aumentava o número de passageiros no aeroporto Santos Dumont. A ampliação era vista pelo prefeito como prejudicial ao aeroporto internacional do Galeão, com impacto no turismo local.

"Contra fatos não há argumentos e os números não mentem: as medidas tomadas pelo presidente Lula no início de seu mandato permitiram a recuperação

do aeroporto do Galeão, aumentando o número de turistas e negócios para o Estado do Rio! Mais uma vez meu muito obrigado ao presidente @LulaOficial pela defesa permanente dos interesses do Rio de Janeiro!", escreveu ele no X (antigo Twitter).

Para a gestão Paes, a decisão da Anac (Agência Nacional de Aviação) que ampliava o número de passageiros que utilizam o Santos Dumont, localizado na região central do Rio, teria o objetivo de beneficiar a estatal federal Infraero, por ser um dos últimos grandes aeroportos do país que não foi concedido à iniciativa privada e que permanece sob seu comando.

Essa iniciativa, na avaliação de Paes, ameaçava

as medidas adotadas desde 2023 para fortalecer o aeroporto internacional do Galeão, que terá seu leilão de concessão realizado em março de 2026.

Como mostraram dados da Anac de 2024, a movimentação de passageiros no Galeão, que fica na zona norte do Rio, aumentou depois que começaram a ser feitas restrições aos voos no Santos Dumont.

Desde 2023, foi imposto um limite de até 6,5 milhões de passageiros por ano no aeroporto da região central, como forma de reduzir o inchaço do terminal e dividir a demanda com o Galeão, que fica mais distante do centro do Rio. Essa restrição, porém, tinha caráter temporário.

Folhapress

## Dino libera suplentes de Eduardo e Ramagem a remanejarem emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou os suplentes dos ex-deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem a remanejarem as emendas parlamentares que haviam sido indicadas pelos antecessores são R\$ 40,2 milhões para cada.

A decisão atende a um pedido da Câmara dos Deputados. Dino havia barrado a execução das emendas em dezembro, devido ao fato de Eduardo e Ramagem estarem fora do Brasil. Ambos estão nos Estados Unidos, sendo que Ramagem, condenado pela trama golpista, é considerado foragido.

Dino lembrou que, como houve demora nos procedimentos da Câmara para declarar a perda dos mandatos, tanto Eduardo quanto Ramagem acabaram apresentando emendas ao Orçamento, o que levou ao bloqueio dos recursos.

"Assim, é possível o desbloqueio solicitado com a atribuição das emendas aos suplentes que em verdade já deveriam ter sido os

autores das indicações, não fosse a referida procrastinação", escreveu o ministro.

Os suplentes são os deputados Dr. Flávio (PL-RJ), que entrou no lugar de Ramagem, e Missionário José Olímpio (PL-SP), que assumiu a cadeira após a perda do mandato de Eduardo, que é réu no STF pelo crime de coação.

Dino destacou que as emendas a serem indicadas pelos novos parlamentares "não devem manter qualquer subordinação ao que antes apresentado pelos agora ex-deputados, cabendo à Câmara estabelecer e zelar pelos procedimentos adequados".

Por outro lado, o ministro negou um pedido similar feito em relação ao deputado Adilson Barroso (PL-SP), que assumiu uma cadeira na Câmara após a perda do mandato da ex-deputada Carla Zambelli, presa na Itália.

Segundo Dino, como Zambelli não formulou qualquer proposta, "não há ato a ser substituído".

Folhapress

## STM recebe pedido de expulsão de Bolsonaro e militares condenados por trama golpista



O STM (Superior Tribunal Militar) recebeu nesta terça-feira (3) as representações de perda de patente dos cinco militares do núcleo crucial da trama golpista liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O tribunal militar vai avaliar os casos de Bolsonaro, que é capitão reformado, dos generais da reserva Augusto Heleno, Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira e do almirante Almir Garnier.

Diferentemente do andamento no STF (Supremo Tribunal Federal), com o núcleo central sendo julgado em uma ação penal, no STM cada um dos fardados terá o caso relatado por um ministro diferente. Pelo

funcionamento da corte, quando o procurador coloca a representação no sistema, a distribuição a um relator já é automática.

O entendimento é que, embora os casos tenham sido analisados em conjunto pelo STF, o STM julga o comportamento dos militares, portanto, não haveria justificativa para a reunião dos casos sob uma única relatoria.

O tribunal vai avaliar se os militares cometeram atos considerados indignos para oficiais. Essa decisão tem como repercussão a cassação das patentes. Após a conclusão e esgotamento dos recursos, o STM comunica a decisão ao comandante da Força respectiva.

Estão sujeitos a esse tipo

de ação oficiais das Forças Armadas condenados, sem mais direito a recursos, a pena privativa de liberdade superior a dois anos por crime militar ou comum.

A presidente do STM, Maria Elizabeth Rocha, recebeu os ofícios enviados pelo Supremo sobre o trânsito em julgado em 26 de novembro.

A partir de então, o tribunal aguardou as representações sobre os casos da Procuradoria-Geral da Justiça Militar e agora deve distribuir cada caso aos relatores e pautar os julgamentos quando os votos dos ministros estiverem prontos.

Há a expectativa de que não haja pedido de vista dos processos.

Folhapress





## Ruvo capta US\$ 4,6 milhões para modernizar remessas entre Brasil e EUA



A Ruvo, fintech criada para movimentação de recursos entre Brasil e Estados Unidos, anunciou a captação de US\$ 4,6 milhões em uma rodada seed para desenvolver sua infraestrutura de pagamentos internacionais e ampliar o acesso ao dólar para pessoas físicas e empresas brasileiras. Segundo a companhia, trata-se da primeira solução que combina criptomoedas e Pix em remessas entre os dois países.

A rodada foi liderada pela 1confirmation, com participação da Coinbase Ventures, Rebel Fund, Blast, Neer Ventures, First Check

Ventures e Mission Street Capital, além de investidores-anjo do setor de fintech e Web3. A Ruvo também é apoiada pela Y Combinator.

A empresa opera como uma conta americana em dólar, permitindo que brasileiros recebam pagamentos, façam transferências, gastem e invistam como se estivessem baseados nos Estados Unidos. A plataforma reúne Pix, stablecoins, transferências bancárias (ACH/wire) e Visa em um único aplicativo.

De acordo com a Ruvo, a integração entre cripto e Pix permite liquidação mais rápida entre os dois países, reduzindo etapas intermediárias em comparação a

remessas tradicionais.

Antes da Ruvo, brasileiros que recebiam ou movimentavam dólares normalmente precisavam utilizar múltiplos aplicativos para transferências internacionais, cripto, câmbio e cartões. A fintech propõe concentrar essas funções em uma única experiência.

“Brasileiros e americanos deveriam conseguir mover dinheiro entre o Brasil e os Estados Unidos com a mesma facilidade de um Pix — e ainda fazer seu patrimônio crescer com ferramentas financeiras que funcionem globalmente”, afirma Alec Howard, cofundador e CEO da Ruvo.

Startupi

## Caso OpenClaw (Moltbot) expõe riscos da nova geração de IA, alerta especialista

A recente e caótica introdução do agente de inteligência artificial OpenClaw, anteriormente conhecido como Moltbot e Clawdbot, serve como um importante estudo de caso sobre os riscos inerentes à adoção precipitada de tecnologias emergentes. A análise é de Wilson Silva, especialista em IA e Marketing, Mestre em Gestão de Negócios pela FIA, Coordenador do MBA em Marketing e IA da Faculdade Impacta, Professor de Administração na ESPM e CEO da WS Labs.

Em menos de 72 horas, a ferramenta de código aberto, que promete autonomia para executar tarefas diretamente no computador do usuário, passou por uma viralização explosiva, uma mudança de nome forçada por questões legais com a Anthropic (criadora do modelo Claude), e teve sua identidade digital sequestrada para a promoção de golpes com criptomoedas. Mais criticamente, especialistas em segurança digital identificaram e expuseram graves vulnerabilidades, classificando a ferramenta como um “pesadelo de segurança” em potencial.

“O que vimos com o OpenClaw foi a anatomia de um ciclo de ‘hype’ acelerado, onde o entusiasmo por uma promessa tecnológica superou a necessária diligência em segurança e estabilidade”, afirma Wilson Silva. “A capacidade de um agente de IA de ‘agir’ em vez de apenas ‘responder’ é, sem dúvida, o próximo passo da tecnologia. Contudo, essa capacidade, que envolve acesso irrestrito a arquivos, credenciais e ao sistema operacional, cria uma superfície de ataque imensamente maior do que a dos chatbots tradicionais.”

O principal diferencial do OpenClaw é sua natureza como “agente autônomo”. Diferente de modelos como o ChatGPT, que operam em ambientes isolados na nuvem, um agente como o OpenClaw é instalado localmente, com permissões para interagir com outros softwares, e-mails e arquivos. Essa arquitetura, embora poderosa, foi implementada sem as salvaguardas de segurança robustas que um acesso tão profundo exige, levando à exposição de centenas de instâncias de usuários na internet.

Startupi

## HexaDigital e PurpleBird se fundem e criam a Hexa Security dentro do Grupo MakeOne



A MakeOne anunciou a fusão entre a HexaDigital e a PurpleBird Security, que passam a operar sob a marca Hexa Security, novo braço de cibersegurança do Grupo MakeOne. A operação integra as ofertas das duas empresas e reúne serviços que vão da prevenção à detecção, resposta a incidentes e conformidade regulatória.

Segundo o grupo, a Hexa Security nasce com um portfólio que inclui MDR e SOC 24x7, DFIR (resposta e investigação forense), GRC e LGPD, AppSec, DevSecOps, Cloud Security, PAM/IAM e Security Validation. O foco é atender empresas de médio e grande portes, com so-

luções contratadas em um único modelo de serviço.

Anovaestrutura combina a base comercial e a infraestrutura da HexaDigital com a especialização técnica da PurpleBird, especialmente em resposta a incidentes e forense digital. A atuação terá ênfase no mid-market brasileiro, incluindo setores como BPOs, call centers, saúde, serviços financeiros, fintechs e empresas SaaS em nuvem pública.

Para Daniel Tieppo, diretor executivo da HexaDigital, a criação da Hexa Security responde a uma demanda do mercado. “A Hexa Security nasce para resolver um problema real do mercado: a dificuldade de acessar segurança ci-

bernética de alto nível de forma integrada e escalável. Unimos tecnologia, processos e pessoas para entregar proteção contínua, resposta rápida a incidentes e governança, tudo com visão de negócio”, afirmou.

Tieppo também destacou o papel da nova unidade na estratégia financeira da MakeOne. “A cibersegurança é um dos principais vetores de crescimento do grupo. A Hexa Security é fundamental para atingirmos a meta de R\$ 500 milhões em faturamento nos próximos três anos, além de impulsionar o modelo de receitas recorrentes, com um incremento projetado de cerca de 20% nesse tipo de receita”, disse.

Startupi



PUBLICIDADE LEGAL

Doha Participações S.A.

CNPJ nº 44.256.056/0001-87 - NIRE 35.300.580.451

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Hora e Local:** Em 10/09/2024, às 10hs, na sede da Companhia. **Presença:** Presentes acionistas que representam a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **João Guilherme Braga Carvalho**; Secretário: **Fabício Alex Magno Barbosa**. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia. **Deliberações aprovadas:** 5.1 Aprovado o aumento do **Capital Social** da Companhia de R\$ 23.650.000,00 para R\$ 29.650.000,00, por meio da emissão de 6.000.000 de novas ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada. Em razão do aumento, a Companhia passará a ter o capital social de R\$ 29.650.000,00, dividido em 29.650.000 ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos do **Boletim de Subscrição**. Em decorrência da modificação ora aprovada, a redação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social passará a ser: **"Artigo 5º- O Capital Social da Companhia é de R\$ 29.650.000,00, dividido em 29.650. 000 ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1, 00 cada."** 5.2 Aprovar todas as demais propostas de modificação do **Estatuto Social** da Companhia. 5.3 Autorizada a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária. Nada mais. São Paulo/SP, 01/09/2024. JUCESP nº 378.478/24-2 em 08/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Do Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Doha Participações S.A.** é sociedade anônima de capital fechado, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia - quotista ou acionista - no país ou no exterior, podendo exercer ou não as funções de gestão e condução dos negócios sociais de suas investidas e controladas (CNAE principal: 6462-0/00 e CNAE secundário: 6463-8/00). **Parágrafo Único.** Desde que não seja vedada por lei ou órgão regulador em razão da sua atividade principal, a Companhia poderá realizar outras atividades incidentais ou complementares às que compõem as descritas no *caput* deste Artigo. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de R\$ 29.650.000,00, dividido em 29.650.000 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00 cada. **§1º -** As ações são indivisíveis perante a Companhia, sendo todas ordinárias e/ou preferenciais, nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. **§2º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§3º -** A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§4º -** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§5º -** A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§6º -** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **§7º -** A Propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e serão registradas no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. **§8º -** As ações preferenciais emitidas pela Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência: (i) no recebimento prioritário de dividendos (em montante equivalente a, no mínimo, 8% dos lucros auferidos no exercício, ou percentual definido em Assembleia Geral, respeitados os interesses e condições sociais; ou (ii) na prioridade do reembolso do capital (nas hipóteses legais), sem prêmio, e com base de valor do patrimônio líquido ou econômico da Companhia. **§9º -** A responsabilidade dos acionistas é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **§10º -** As bonificações e dividendos serão distribuídos aos acionistas em razão de suas participações no capital social da Companhia. **§11º -** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social, conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 dias, contados da publicação da Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento do capital, ou do edital que constancie as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção das que possuírem. **§12º -** O direito de preferência de que cuida o parágrafo acima não alcança os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 6º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteais. **Parágrafo Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º -** A Companhia somente registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III. Da Administração. Artigo 9º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 1 e no máximo 5 Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, denominados apenas Diretores, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§1º -** O mandato dos administradores da Companhia será de 3 anos, sendo prorrogado automaticamente e por iguais e sucessivos períodos até a eleição e posse dos respectivos substitutos. Os administradores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até que seus substitutos sejam eleitos e formalmente empossados, conforme previsto no § 4º, do artigo 150, da Lei nº 6.404/76. **§2º -** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo de posse específico, lavrado e arquivado na sede da Companhia. Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades, observado o quanto previsto no §1º acima. **§3º -** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, salvo se eleito nos termos do §1º acima. **§4º -** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem o Diretor Presidente indicar. **§5º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10º -** A Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de atos e realização de operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto, em especial o parágrafo único do Artigo 11. **§1º -** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete ao Diretor Presidente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) atribuir funções e fiscalizar a gestão e execução dos trabalhos dos demais Diretores individualmente, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) preparar e apresentar de forma prévia, expressa e mensal os relatórios, contas, orçamentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral; e (d) distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores fixada em Assembleia Geral, se for o caso. **§2º -** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social (podendo realizar-se de modo presencial ou virtual), sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita sempre pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§3º -** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião e, em caso de empate, o Diretor Presidente decidirá. **Artigo 11 -** O Diretor Presidente terá a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **§1º -** Desde que não tenham sido objeto do orçamento mensal com prévia aprovação (conforme previsto no §1º do Artigo 10), a prática de quaisquer atos (tais como os abaixo indicados a título exemplificativo) que envolvam - direta ou indiretamente - valores superiores a R\$ 25.000,00 por mês, cada um(a), dependerá, para sua validade perante a Companhia e terceiros, de aprovação prévia, expressa e por escrito da Assembleia Geral, que poderá ser concedida por qualquer forma de comunicação expressa e passível de comprovação, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata: (a) assinatura ou endosso de títulos de crédito, contratos de empréstimos bancários, assunção de dívidas e obrigações; (b) negociação, desistência e/ou renúncia de direitos; (c) alienação de bens móveis e/ou imóveis da Companhia; (d) alienação de qualquer imobilizado, participações acionárias e investimentos de qualquer natureza; (e) celebração de qualquer contrato, compromisso, em especial, mas não se limitando a, contratos de câmbio e similares, contratos de empréstimos e similares, cédulas de créditos bancários, cédula de crédito rural, inclusive os respectivos instrumentos de garantia, leasing, assunção de dívida, emissão de títulos; prestar fianças, avais, endossos; (f) negócios jurídicos em geral, dentro ou fora do estatuto social da companhia; (g) aprovação ou deliberação, a qualquer título, envolvendo qualquer valor em sociedades nas quais a Companhia detenha qualquer participação. **§2º -** As aprovações concedidas pela Assembleia Geral poderão ser formalizadas por meio do e-mail assembleiageraldeliberacao@gmail.com, valendo a respectiva correspondência eletrônica como instrumento apto a válido à aprovação e/ou ratificação dos atos e operações praticados pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Financeiro, desde que contenha descrição específica e pormenorizada sobre a matéria deliberada, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 14 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI. Exercício Social e Lucros. Artigo 15 -** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16 -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, caberá à Assembleia Geral definir a destinação dos valores e/ou sua distribuição entre os acionistas. **Artigo 17 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§1º -** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1º do artigo 16. **§2º -** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§3º -** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 19 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§1º -** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§2º -** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF nº 58.138.058/0001-86 - NIRE nº 35300012178

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/12/2025

**Data, horário e local:** 23/12/2025, às 15hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social. **Mesa:** Presidente – Sr. Luís Antonio Floriano; e Secretário – Sr. Joacks de Paula Lemos. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 3.452.176,28, à conta de reserva de lucros de exercícios anteriores, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, observado o cronograma de pagamento indicado abaixo; e (ii) **Aprovado** o balanço intermediário da Companhia levantado na data-base de 30/11/2025, decidindo, com base nele, a distribuição de dividendos intercalares no importe de R\$ 4.867.823,72, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas participações societárias, observado o seguinte cronograma: a) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2026; b) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2027; e c) liquidação do saldo remanescente até 31/12/2028. O cronograma aqui indicado foi decidido em conformidade com a Lei nº 15.270, de 26/11/2025. **Autorizado** os administradores a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações. Nada mais. São Paulo, 23/12/2025. JUCESP nº 011.948/26-7 em 27/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Rousselot Gelatinas do Brasil Ltda.

CNPJ/MF: 06.538.082/0001-09 - NIRE: 35.219.037.638

Ata de Resolução de Sôcia Realizada em 27 de Janeiro de 2026

No vigésimo sétimo dia do mês de janeiro de 2026 (27/01/2026), às 10:00 horas, na sede da sociedade **Rousselot Gelatinas do Brasil Ltda.** (a "Sociedade"), localizada no Município de Amparo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Agostinho, nº 280, Distrito de Arcadas, CEP 13.908-080, inscrita no CNPJ/MF nº 06.538.082/0001-09, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o NIRE 35.219.037.638 ("Contrato Social"). **Convocação e Quorum:** Presente a totalidade do capital social. Portanto, foi dispensada a convocação nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei nº. 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Composição da Mesa:** Presidente da Sessão: Denis Rappaport, brasileiro, casado, diretor financeiro, portador do RG nº 20.184.702-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF nº 148.195.738-45; Secretário da Sessão: Daniel Oliveira da Silva, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 47.837.786-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF nº 351.847.638-64; ambos com endereço profissional no Município de Amparo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Agostinho nº 280, Distrito de Arcadas, CEP 13.908-080. **Quorum:** Única Sôcia representando a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, a saber: **Darling Ingredients Belgium Holding BVBA**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Município de Denderleeuw, da Província de Flandres Oriental, Bélgica, situada na Fabriekstraat 2, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.277.949/0001-08, neste ato representada por seu procurador Denis Rappaport, já qualificado acima. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **Deliberações:** Resolve a sócia por unanimidade, e em conformidade com o Contrato Social, pelo seguinte: **Redução do Capital Social: 1.1.** - A única sócia aprova e autoriza a redução do capital social da Sociedade no valor de até R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), por se encontrar o capital social excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. Caso a redução seja efetivada no valor máximo mencionado acima, o capital social da Sociedade será reduzido de R\$ 1.837.689.115,00 (um bilhão oitocentos e trinta e sete milhões, seiscientos e oitenta e nove mil, cento e quinze reais), dividido em 1.837.689.115 (um bilhão, oitocentos e trinta e sete milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, cento e quinze) quotas, para R\$ 737.689.115,00 (setecentos e trinta e sete milhões, seiscientos e oitenta e nove mil, cento e quinze reais), dividido em 737.689.115 (setecentos e trinta e sete milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, cento e quinze) quotas. **1.2.** A redução do capital social ora aprovada será implementada nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, mediante a prévia publicação da presente Ata e a observância do prazo legal para eventual oposição de credores. Decorrido o referido prazo legal, sem oposição de credores ou após a superação de eventuais impugnações, será promovido o registro da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e a sócia única providenciará a correspondente Alteração do Contrato Social, a fim de confirmar e refletir o valor final e efetivo do capital social da Sociedade após a redução, bem como o número definitivo de quotas canceladas, com a restituição do respectivo valor à Sôcia Darling Ingredients Belgium Holding BVBA. **II. Ratificação - 2.1.** - A única sócia ratifica todos e quaisquer atos purventura já praticados pela administração em relação à deliberação indicada no item I acima. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Reunião, assinando a única sócia a presente Ata de Resolução de Sôcia em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que sejam produzidos os seus regulares efeitos de direito. Amparo/SP, 27 de janeiro de 2026. **Denis Rappaport: Presidente; Daniel Oliveira da Silva - Secretário; Darling Ingredients Belgium Holding BVBA - Por: Denis Rappaport (procurador).**

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da **OAK Holding S.A.** ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia **11 de fevereiro de 2026**, às 11h00, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração, com o aumento do número de membros para até **7 (sete)** conselheiros, bem como a eleição dos novos membros; (ii) Deliberar sobre a aprovação e a implementação, pela Companhia, de todos os atos necessários à realização da Reorganização Societária (*Corporate Reorganization*), nos termos do Artigo 2.6. do Acordo de Acionistas e seu *Exhibit 2.6*; (iii) Deliberar sobre a criação, aprovação e implementação do Plano de Opção de Compra de Ações (*Stock Option Plan*) da Companhia, na forma e nos termos previstos no *Exhibit 3.15 - Compensation Package* do Acordo de Acionistas da Companhia; (iv) Deliberar sobre a alteração do jornal utilizado para publicações obrigatórias da Companhia para o jornal Data Mercantil; (v) Deliberar sobre a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração proposta nos itens (i) e (iv) acima, caso sejam aprovadas; e (i) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações, se aprovadas. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação para o e-mail: [renata.teixeira@oakberry.com](mailto:renata.teixeira@oakberry.com), até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. **Informações Gerais:** 1. **Credenciamento dos Acionistas.** Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até às 11h00 do dia 9 de fevereiro de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail [renata.teixeira@oakberry.com](mailto:renata.teixeira@oakberry.com): (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item 1.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até às 18h00 do dia 10 de fevereiro de 2026, pelo e-mail [renata.teixeira@oakberry.com](mailto:renata.teixeira@oakberry.com). A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. **1.2. Documentos Necessários para a Participação.** Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentaram os seguintes documentos: (i) *Pessoa física:* documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) *Pessoa jurídica:* último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) *Fundo de investimento:* último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. **1.3. Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 03 de fevereiro de 2026. **Georgios Puccetti Frangulis - Membro do Conselho de Administração.** (04, 05 e 06/02/2026)

Lagoa da Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF n. 35.062.203/0001-97 - NIRE 35235655057

5ª Alteração do Contrato Social

As sócias Direcional Engenharia S/A e Riza Ponte da Liberdade – Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada, de comum acordo, com fulcro no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, deliberaram reduzir o Capital Social da Sociedade em R\$ 254.604.173,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscientos e quatro mil, cento e setenta e três reais) para adequá-lo ao seu objeto, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas e o cancelamento de 254.604.173 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscientos e quatro mil, cento e setenta e três) quotas, restituindo-se o valor correspondente à participação de cada sócia, respeitada a proporção de suas respectivas participações no montante final. O capital social final será de R\$ 1.000,00 (mil reais). Em razão da redução do capital a cláusula quinta do Contrato social passará a vigorar com a seguinte redação: "O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país."

Faça um orçamento:

comercial@datamercantil.com.br

DATA  
MERCANTIL

FAÇA CONOSCO POR E-MAIL  
comercial@datamercantil.com.br

FAÇA CONOSCO POR E-MAIL  
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

FAÇA CONOSCO POR E-MAIL  
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

C.L.J Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 07.040.508/0001-62 – NIRE 35.219.530.083

Ata de Reunião de Sócios realizada em 12 de dezembro de 2025

Data, Hora e Local: 12/12/2025 às 14h00, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1336, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo-SP. Presença: Totalidade dos sócios. Mesa: Presidente: Bernardo Nebel First; Secretário: Pedro Jack Powidzer. Convocação: Dispensada. Deliberações: Aprovar a redução do capital social integralizado, de R\$ 50.871.000,00 em R\$ 3.179.437,50, passando a ser de R\$ 47.691.565,50 representado por 190.766.262 quotas sociais; sendo a redução correspondente a igual número de quotas integrantes dos grupos de quotas 3 e 4 (12.717.738 quotas do grupo 03 e 04), vinculadas aos galpões 03 e 04, sendo essas quotas de titularidade da quotista HIRE Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada; b) aprovação da entrega à quotista HIRE Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada dos galpões 03 e 04 vinculados aos grupos de quotas cancelados, tão logo seja registrada a 11ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da C.L.J. Empreendimentos Imobiliários Ltda.; c) transferir ao quotista retirante os direitos de usar e fruir dos galpões 03 e 04, da mesma forma que o crédito decorrente da redução de capital e isentando o quotista retirante, por decisão unânime, do pagamento da multa prevista no acordo de quotistas, por saída da exploração comum da locação, sem prejuízo da obrigação de respeitar integralmente os contratos de locação vigentes relativos aos dois galpões; d) reconhecer que o quotista retirante fará jus aos eventuais lucros acumulados e ainda não distribuídos da Sociedade; e) autorização aos Administradores da Sociedade para praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima; e f) alteração da cláusula 3ª do Contrato Social, passando a vigorar com a redação: **“3. Capital Social.** 3.1 O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e direitos, é 47.691.565,50, dividido em 190.766.262 quotas no valor nominal de R\$ 0,25 cada, agrupadas em 30 grupos de quotas, numerados de 1 a 2 e de 5 a 32, ficando esclarecido que a cada grupo de quotas corresponde um galpão/unidade (e respectivas garagens e depósitos) ao qual fica vinculado, pertencentes ao empreendimento denominado “Centro Logístico Jaguare”, situado nesta Capital à Avenida Jaguarê, nº 818, de propriedade da Sociedade, e assim distribuídas entre os sócios:

Nº de ordem	Quotista	Quantidade de quotas	Valor nominal	Valor total	Grupo de quotas	Galpão vinculado
1 e 2	BLMH Empreeds Imobs. Ltda.	12.717.750	0,25	3.179.437,50	1 e 2	01 e 02
5	Rutber Participações Ltda.	6.358.875	0,25	1.589.718,75	5	05
6	RBCO Participações Ltda.	6.358.875	0,25	1.589.718,75	6	06
7 e 8	Cavel Consult. e Parts Ltda.	12.717.750	0,25	3.179.437,50	7 e 8	07 e 08
9	WGO Participações Ltda.	6.358.875	0,25	1.589.718,75	9	09
10 e 26	Sidnei Turczyn	12.717.750	0,25	3.179.437,50	10 e 26	10 e 26
11 a 13	PRP Participações Ltda.	19.076.625	0,25	4.769.156,25	11 a 13	11 a 13
14 a 16	Pedro Powidzer Ltda. Ass Parts	19.076.625	0,25	4.769.156,25	14 a 16	14 a 16
17	Pedro Jack Powidzer Suzy Powidzer	3.179.438	0,25	794.859,50	17	17
18 a 21	Splavia Empreeds Parts Ltda.	25.435.500	0,25	6.358.875,00	18 a 21	18 a 21
22 a 25	Setadd Participações Ltda.	25.435.500	0,25	6.358.875,00	22 a 25	22 a 25
27	Arthur Gomes Vautier Franco	6.358.875	0,25	1.589.718,75	27	27
28.1	tatiana Roitman Rothschild Marina R.	2.119.625	0,25	529.906,25	28	28
28.2	Rothschild Baumel	2.119.625	0,25	529.906,25	28	28
28.3	Felipe Roitman Rothschild	2.119.625	0,25	529.906,25	28	28
29	Eugênia Rothschild	6.358.875	0,25	1.589.718,75	29	29
30 a 32	Espólio de Mario Arthur Adler	19.076.625	0,25	4.769.156,25	30 a 32	30 a 32
- Total		190.766.262		47.691.565,50	-	-

Encerramento: Nada mais a tratar. São Paulo, 12/12/2025. Mesa: Presidente: Bernardo Nebel First; Secretário: Pedro Jack Powidzer.

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 – CVM 24112 | Companhia Aberta

Ata da Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais realizada em 12/01/2026 Data, Hora e Local: Ao 12/01/2026, às 11:00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), sendo considerada realizada na sede social da Companhia. Publicações e Convocação: Edital de convocação: (i) publicado no jornal “Folha de São Paulo”, na versão impressa, nas edições dos dias 19, 20 e 23/12/2025, nas páginas A25, A18 e A26, respectivamente, e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20 e 23/12/2025, respectivamente, em conformidade com os artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“LSA”); (ii) publicado no jornal “Data Mercantil”, na versão impressa, nas edições dos dias 19, 20, 21, 22 e 23/12/2025, nas páginas 7, 6 e 5, respectivamente, e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20, 21, 22 e 23/12/2025, nas páginas 02, 01 e 10, respectivamente, em conformidade com os artigos 124 e 289 da LSA; e (iii) disponibilizado em 19/12/2025 nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e de Relações com Investidores da Companhia. Presença: Presentes acionistas da Companhia representando 98,83% das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme registro de presença realizado por meio da Plataforma Digital e mapa sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, disponibilizado pela Companhia em 11/01/2026. Mesa: Alexandre Wagner Malfitani, Presidente; e Edson Massuda Sugimoto, Secretário. Instalação: Verificado o quórum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Ordem do Dia: Deliberar sobre a aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada ação preferencial (a “Conversão”), nos termos do Artigo 136, § 1º, da LSA, e do Artigo 5, § 9º, item “vii), do Estatuto Social da Companhia. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: (i) Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia; e (ii) foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da LSA. Deliberações: Após o exame e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas titulares de ações preferenciais presentes aprovaram por maioria dos votos da totalidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, tendo sido computados 716.259.860.634 votos a favor, 6.076.221 votos contrários e 5.252 abstenções, a Conversão de 724.757.380.468 ações preferenciais, representativas da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial, com a consequente extinção das ações preferenciais. A razão de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial foi estabelecida pela administração da Companhia com base na relação econômica existente entre as ações preferenciais e as ações ordinárias, nos termos do Artigo 5º, § 3º, do Estatuto Social da Companhia. Sujeito à aprovação dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, em decorrência da Conversão, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 14.573.410.376,61, passará a ser representado por 55.082.793.840.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Nos termos do Artigo 5º, § 14, do Estatuto Social da Companhia, e conforme previamente informado pela administração da Companhia aos acionistas e ao mercado em geral, considerando que o valor patrimonial contábil das ações da Companhia é um valor negativo, o direito de retirada dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 137 da LSA, não será aplicável no âmbito da Conversão. Caso contrário, qualquer acionista que optasse por se retirar da Companhia nessas circunstâncias faria jus a um valor de reembolso equivalente a zero real por ação preferencial, abdicando de eventual valor atrelado à sua participação na Companhia. A Conversão ora aprovada pelos acionistas titulares de ações preferenciais será submetida à deliberação dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, em sede de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada nesta data, às 14:00. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, suspendeu-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada nesta data por todos os presentes. Mesa: Alexandre Wagner Malfitani – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. Barueri/SP, 12/01/2026. (ass.) Mesa: Alexandre Wagner Malfitani – Presidente Edson Massuda Sugimoto – Secretário. Acionistas preferenciais presentes na Assembleia por meio da Plataforma Digital: OLÍCE FERREIRA DE CASTRO, DAVID GARY NEELEMAN (representado por Edson Massuda Sugimoto), AZUL 1L CREDITORS’ ENTITY LTD (representado por Samuel Aguirre e tendo CITIBANK N.A como custodiante), AZUL 2L CREDITORS’ ENTITY LTD. (representado por Samuel Aguirre e tendo CITIBANK N.A como custodiante), LEONARDO BRITO DA SILVA, JOSÉ MARIO CAPRIOLI DOS SANTOS, TRIP PARTICIPAÇÕES S.A, RIO NOVO LOCAÇÕES LTDA, TRIP INVESTIMENTOS LTDA., Ricardo Vaze Pinto, ALAN DIEGO LEMBECK, ADRIANO DINIZ SAMPAIO CURADO, ANDERSON CHESINI FERREIRA, ANDRE HENRIQUE DOS SANTOS, ANDRE LUIZ DE ANDRADE DOWSLEY, ANGELO ALBERTO FRANK, ANTONIO APARECIDO FERREIRA ALVES, ANTONIO CARLOS GIMENEZ JUNIOR, AUGUSTO SOARES CORTES OLIVEIRA, BENILDO DE ARAUJO COSTA, DIOGO HENRIQUE PREZOTO CASTELANO, EDER RODRIGO FERREIRA, ELINALDO VIEIRA DOS SANTOS, FABIO FEITOZA DA SILVA, FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO, GILBERTO ANDRE BUSATO, GLADISON NORMANDES CARNEIRO, GUILHERME KONOPKA, HENRIQUE GABRIEL BECKER, JAYME KHAWAN ASSUNCAO MUNIZ FERREIRA, JOAO CARLOS DA SILVA JORGE, JOSEFINA RODRIGUES VIEIRA, KLEBER DUARTE FRANDOLOSO, LIZA MARLON GAZOLA CHIORLIN, LUIZ ALBERTO QUEIROZ, LUIZ FERNANDO RAMINELLI, MACIEL SOARES DA SILVA, MARINA FORGHIERI AGUEDA, MATEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA, ODAIR RIBEIRO PEREIRA JUNIOR, OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO, PAMELA BERNARDO TEIXEIRA, SEBASTIAO EUDES ALVES, THIAGO FABRICIO GONCALVES DA CRUZ, VANDERSON CARDOSO, VICENTE FERRAO COSTALLAT FILHO, VICTOR ROBERTO VIANA MAURELLI, VIDALVO SILVINO DA COSTA FILHO, VITOR HUGO KAMPHORST, WANDERLEY WESLEY SHOUGA MENDES, WILLIAM JOAO DE LIMA, EDUARDO ROGERIO DE FARIA, LUIS FABIANO FAUSTINO. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 15.138/26-4 em 30/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A.

CNPJ nº 44.272.393/0001-68 - NIRE 35.300.580.567

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local.: Em 25/10/2024, às 11hs, na sede da Companhia. Presença: Presentes acionistas que representam a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: João Guilherme Braga Carvalho, Secretária: Clara Veloso Luciano Pereira. Convocação: Dispensada a convocação prévia. Deliberações aprovadas: 5.1 Aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de R\$ 16.381.920,00, dividido em 16.381.920 ações, para R\$ 22.156.500,00, por meio da emissão de 5.774.580 de novas ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nos termos do Boletim de Subscrição. Em razão do aumento, a Companhia passará a ler o capital social de R\$ 22.156.500,00, dividido em 22.156.500 ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma. Em decorrência da modificação ora aprovada, a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social passará a ser: **Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 22.156.500,00, dividido em 22.156.500 ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma.** 5.2 Aprovar todas as demais propostas de modificação do Estatuto Social da Companhia. 5.3 Autorizada a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária. Nada mais. São Paulo/SP, 25/10/2024. JUCESP nº 239.676/25-7 em 04/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A. é sociedade anônima de capital fechado e com propósito específico, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: (i) aquisição e securitização de recebíveis e demais ativos por meio da emissão e colocação no mercado, sempre em ambiente privado, de valores mobiliários, podendo realizar negócios pertinentes ou relativos à securitização de créditos comerciais e industriais; e (ii) aquisição e securitização de ativos empresariais oriundos de operações praticadas por empresas, indústrias, comerciais ou de serviços, com fluxo de recebimento futuro ou já vencidos, performados ou a performar, representados por duplicatas, cheques pré-datados, recebíveis de cartão de crédito, contratos de aluguel, contratos de fornecimento de mercadorias ou produtos, para entrega futura e outros. § Único. Desde que não seja vedado por lei ou órgão regulador em razão das suas atividades principais e de seu propósito específico, a Companhia poderá realizar outras atividades complementares e/ou incidentais às que compõem seu objeto, tais como: consultoria empresarial e gestão de contratos de terceiros; prestação de serviços de apoio às empresas por meio da negociação de direitos creditórios de terceiros; participar em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. § Único. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 22.156.500,00, dividido em 22.156.500 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma. §1º - As ações são indivisíveis perante a Companhia, sendo todas ordinárias e/ou preferenciais, nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º c/o artigo 35 da Lei 6.404/76. §2º - Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. §3º - A capitalização de lucros ou ele reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §5º - A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade ele espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. §6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. §7º - A Propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e serão registradas no “Livro de Registro de Ações Nominativas” da Companhia. §8º - As ações preferenciais emitidas pela Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência: (i) no recebimento prioritário de dividendos (em montante equivalente a, no mínimo, 8% dos lucros auferidos no exercício, ou percentual definido em Assembleia Geral, respeitados os interesses e condições sociais; ou (ii) na prioridade do reembolso do capital (nas hipóteses legais), sem prêmio, e com base de valor do patrimônio líquido ou econômico da Companhia. §9º - A responsabilidade dos acionistas é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. §10º - As bonificações e dividendos serão distribuídos aos acionistas em razão de suas participações no capital social da Companhia. §11º - Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social, conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 dias, contados da publicação da Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento do capital, ou do edital que consubstancie as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção das que possuírem. §12º - O direito de preferência de que cuida o § acima não alcança os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no artigo 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76. Artigo 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. § Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º - A Companhia somente registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. Capítulo III. Da Administração. Artigo 9º - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 1 e no máximo 5 Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, denominados apenas Diretores, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. §1º - O mandato dos administradores será de 3 anos, sendo prorrogado automaticamente e por iguais e sucessivos períodos até a eleição e posse dos respectivos substitutos. Os administradores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até que seus substitutos sejam eleitos e formalmente empossados, conforme previsto no §4º, do artigo 150, da Lei nº 6.404/76. §2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo de posse específico, lavrado e arquivado na sede da Companhia. Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades, observado o quanto previsto no §1º acima. §3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, salvo se eleito nos termos c/o §1º acima. §4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem o Diretor Presidente indicar. §5º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10 - A Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de atos e realização de operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto, em especial o § único do Artigo 11. §1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete ao Diretor Presidente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) atribuir funções e fiscalizar a gestão e execução dos trabalhos dos demais Diretores individualmente, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) preparar e apresentar de forma prévia, expressa e mensal os relatórios, contas, orçamentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral; e (d) distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores fixada em Assembleia Geral, se for o caso. §2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social (podendo realizar-se de modo presencial ou virtual), sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita sempre pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. §3º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião e, em caso de empate, o Diretor Presidente decidirá. Artigo 11 - O Diretor Presidente terá a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. §1º - Desde que não tenham sido objeto do orçamento mensal com prévia aprovação (conforme previsto no §1º do Artigo 10), a prática de quaisquer atos (tais como os abaixo indicados a título exemplificativo) que envolvam - direta ou indiretamente - valores superiores a R\$ 25.000,00 por mês, cada um(a), dependerá, para sua validade perante a Companhia e terceiros, de aprovação prévia, expressa e por escrito da Assembleia Geral, que poderá ser concedida por qualquer forma de comunicação expressa e passível de comprovação, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata: (a) assinatura ou endosso de títulos de crédito, contratos de empréstimos bancários, assunção de dívidas e obrigações; (b) negociação, destituição e/ou renúncia de direitos; (c) alienação de bens móveis e/ou imóveis da Companhia; (d) alienação de qualquer imobilizado, participações acionárias e investimentos de qualquer natureza; (e) celebração de qualquer contrato, compromisso, em especial, mas não se limitando a, contratos de câmbio e similares, contratos de empréstimos e similares, cédulas de créditos bancários, cédula de crédito rural, inclusive os respectivos instrumentos de garantia, leasing, assunção de dívida, emissão de títulos; prestar fianças, avais, endossos; (f) negócios jurídicos em geral, dentro ou fora do estatuto social da companhia; (g) aprovação ou deliberação, a qualquer título, envolvendo qualquer valor em sociedades nas quais a Companhia detinha qualquer participação. §2º - As aprovações concedidas pela Assembleia Geral poderão ser formalizadas por meio do e-mail assembleiageraldeliberacao@gmail.com, valendo a respectiva correspondência eletrônica como instrumento apto e válido à aprovação e/ou ratificação dos atos e operações praticados pelo Diretor Presidente, desde que contenha descrição específica e pormenorizada sobre a matéria deliberada, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. Artigo 12 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, mediante a assinatura isolada do Diretor Presidente, desde que mediante aprovação prévia da Assembleia Geral. § Único. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, conforme previsto no caput deste Artigo, devendo especificar o(s) poder(es) concedido(s) e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de outorga de poderes da cláusula adjudicia et extra, que poderá ser por prazo indeterminado. Capítulo IV. Assembleia Geral. Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. §1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. §2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria absoluta do capital social, não se computando os votos em branco. §3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. §4º - A Assembleia Geral é órgão soberano da Companhia e tem poderes e atribuições que são conferidos por lei. §5º - A Assembleia Geral tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que forem reservados à competência exclusiva da Diretoria. §6º - As aprovações concedidas pela Assembleia Geral, conforme previsto no Capítulo III deste Estatuto, poderão ser concedidas por qualquer meio de comunicação expressa e passível de comprovação de entrega/recebimento, sendo facultativa sua realização de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 14 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. §1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. Capítulo VI. Exercício Social e Lucros. Artigo 15 - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, caberá à Assembleia Geral definir a destinação dos valores e/ou sua distribuição entre os acionistas. Artigo 17 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação cio ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação ela Assembleia Geral, dividendos à conta ele lucros apurado nesses balanços, por conta cio total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. §1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o §1º do artigo 16. §2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Capítulo VII. Liquidação. Artigo 19 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e lixar-lhe a remuneração. §2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. São Paulo/SP, 25/10/2024.

Ponte da Liberdade Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF n. 43.385.067/0001-02 - NIRE 35237727152

5ª Alteração do Contrato Social

A sócia única Lagoa da Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda decide, com fulcro no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, reduzir o Capital Social da Sociedade em R\$ 41.429.490,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa reais) para adequá-lo ao seu objeto, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas e o cancelamento de 41.429.490 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa) quotas, restituindo-se o valor correspondente à única sócia Lagoa da Prata, respeitada a proporção de sua participação no montante final. O capital social final será de R\$ 1.000,00 (mil reais). Em razão da redução do capital a cláusula quinta do Contrato social passará a vigorar com a seguinte redação: “O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país.”





Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130  
CVM 24112 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2026

**Data, Hora e Local:** Aos 12/01/2026, às 14:00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma **Ten Meetings** ("Plataforma Digital"), sendo considerada realizada na sede social da Azul S.A. ("Companhia"). **Publicações e Convocação:** Edital de convocação: **(i)** publicado no jornal "Folha de São Paulo", na versão impressa e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20 e 23/12/2025; **(ii)** publicado no jornal "Data Mercantil", na versão impressa e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20, 21, 22 e 23/12/2025. **Presença:** Presentes acionistas da Companhia representando 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

**Mesa:** Alexandre Wagner Malfitani, Presidente; e Edson Massuda Sugimoto, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **(1)** Aprovar, por maioria dos votos da totalidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, tendo sido computados 725.287.706.701 votos a favor, 702.558.420 votos contrários e nenhuma abstenção, a Conversão de 724.757.380.468 ações preferenciais, representativas da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial, com a consequente extinção das ações preferenciais. A razão de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial foi estabelecida pela administração da Companhia com base na relação econômica existente entre as ações preferenciais e as ações ordinárias, nos termos do Artigo 5º, § 3º, do Estatuto Social da Companhia. Em decorrência da Conversão, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 14.573.410.376,61, passará a ser representado por 55.082.793.840.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Nos termos do Artigo 5º, § 14, do Estatuto Social da Companhia, e conforme previamente informado pela administração da Companhia aos acionistas e ao mercado em geral, considerando que o valor patrimonial contábil das ações da Companhia é um valor negativo, o direito de retirada dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 137 da LSA, não será aplicável no âmbito da Conversão. Caso contrário, qualquer acionista que optasse por se retirar da Companhia nessas circunstâncias faria jus a um valor de reembolso equivalente a zero real por ação preferencial, abdicando de eventual valor atrelado à sua participação na Companhia. Nos termos do artigo 136, § 1º, da LSA, e do Artigo 5º, § 9º, item "vi)", do Estatuto Social da Companhia, a eficácia da Conversão está sujeita à sua aprovação prévia pelos titulares de ações preferenciais da Companhia, em sede de Assembleia Geral Especial de Acionistas Preferenciais da Companhia ("AGESP"), mediante o voto favorável de mais da metade dos titulares das ações preferenciais da Companhia. Considerando que a AGESP foi realizada na presente data e que a Conversão foi devidamente aprovada pela maioria dos titulares das ações preferenciais da Companhia, a Conversão torna-se imediatamente eficaz. **(2)** Em decorrência das deliberações do item (1) acima, aprovar, por maioria dos votos da totalidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, 725.287.706.701 votos a favor, 702.558.420 votos contrários e nenhuma abstenção, a exclusão de todas as referências a ações preferenciais constantes do Estatuto Social da Companhia, em especial, os parágrafos 3º ao 12º do Artigo 5º, o Artigo 12, o Artigo 13, o Artigo 14, o § 2º do Artigo 43 e o Artigo 55, assim como quaisquer outras referências às ações preferenciais. Em razão da deliberação aprovada neste item (2), o Estatuto Social da Companhia, conforme alterado na presente data, encontra-se consolidado no **Anexo I** da presente.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Barueri/SP, 12/01/2026. **Mesa: Alexandre Wagner Malfitani** – Presidente; **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. **Anexo I: Estatuto Social Capítulo I – Denominação, Duração, Sede, Objeto e Foro: Artigo 1º – Azul S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Regulamento do Nível 2"). **§ 1º** – Com a administração da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Nível 2. **Artigo 2º** – A Companhia possui prazo de duração indeterminado. **Artigo 3º** – A sede social e foro da Companhia localizam-se no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Uhlhõa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro Tamboré, CEP 06460-040. **§ Único** – Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º** – A Companhia tem por objeto social deter participação direta ou indireta em outras sociedades de qualquer tipo que tenham como atividades: **(a)** a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes; **(b)** exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; **(c)** prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros; **(d)** prestação de serviços de hangaragem de aviões; **(e)** prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; **(f)** a aquisição e arrendamento de aeronaves e outros ativos relacionados; **(g)** o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; **(h)** a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; **(i)** a exploração do ramo de Agências de Viagens e Turismo; **(j)** o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; e **(k)** participação em outras sociedades. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º** – O capital social da Companhia, parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 14.573.410.376,61, dividido em 55.082.793.840.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** – Todas as ações da Companhia são nominativas, sendo facultada a adoção da forma escritural, hipótese em que serão mantidas em contas de depósito abertas em nome de seus titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 3º** – Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações e observado o prazo fixado pela Assembleia Geral, não inferior a 30 dias. **§ 4º** – Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia, a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei das Sociedades por Ações, deverá corresponder ao Valor Econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei das Sociedades por Ações, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil apurado de acordo com o artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

**§ 5º** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º** – A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, no montante total de R\$30.000.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **§ 1º** – A Companhia poderá, no limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, outorgar opção de compra de ações a seus diretores e empregados ou a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou a companhias sob o seu Controle. **§ 2º** – A critério do Conselho de Administração, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7º** – Todo acionista que adquirir ações de emissão da Companhia, ainda que já seja acionista ou Grupo de Acionistas (conforme definido no Artigo 54, § 2º deste Estatuto Social), é obrigado a efetuar as divulgações previstas no Artigo 12 da Resolução CVM nº 44, de 23/08/2021, e eventuais alterações, quando tais divulgações sejam aplicáveis. Sem prejuízo das demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação poderá ter suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 11, item "r", deste Estatuto Social, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Artigo 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas, em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **§ Único** – As Assembleias Gerais serão convocadas, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, e instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência ou impedimento, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente, escolhido pelos Acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia. **Artigo 9º** – Ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado previstas em lei, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. **§ 1º** – As atas da Assembleia Geral de Acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º** – A Assembleia Geral de Acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável, devendo o acionista depositar na Companhia, com antecedência mínima de 48 horas, contadas da realização da respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade ou seus poderes de representação, conforme o caso.

**§ Único** – Sem prejuízo do disposto acima, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no *caput* deste dispositivo, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Artigo 11** – Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, observados os quóruns previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável: **(a)** tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; **(b)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal quando instalado e outros documentos, nos termos da

regulamentação aplicável; **(c)** eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; **(d)** fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; **(e)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(f)** reformar o Estatuto Social; **(g)** aprovar planos de incentivo lastreados em ações aos seus administradores e empregados, bem como de suas sociedades controladas, ou ainda a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas; **(h)** deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social, que exceda o limite do capital autorizado, ou sua redução; e **(i)** a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; **(i)** deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; **(j)** deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social, ou outros valores mobiliários, conforme o caso; **(k)** deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou agrupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; **(l)** deliberar sobre recompra e/ou negociação pela Companhia de ações de emissão da própria Companhia ou derivativos nelas referenciados, quando caracterizada uma das hipóteses em que a eficácia da deliberação esteja sujeita à prévia aprovação da Assembleia Geral, nos termos das normas editadas pela CVM; **(m)** deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; **(n)** deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, ou cessação do seu estado de liquidação, bem como eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; **(o)** Sem prejuízo do disposto no Artigo 16, itens "xxv" e "xxvi", deliberar sobre a distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório ou o pagamento de juros sobre capital próprio acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; **(p)** escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, conforme o previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; **(q)** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; **(r)** sem prejuízo do disposto no Artigo 16, XVII, deliberar sobre a aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse; e **(s)** suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 7º deste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão. **Capítulo IV – Administração: Artigo 12** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **§ 1º** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, nos termos do item 5.4 do Regulamento do Nível 2. **§ 2º** – A Assembleia Geral decidirá a remuneração global dos administradores da Companhia, competindo ao Conselho de Administração o estabelecimento da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria. **§ 3º** – A investidura nos cargos da administração far-se-á mediante a assinatura de Termo de Posse, lavrado em livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição, ficando dispensada qualquer garantia para o exercício de suas funções. **§ 4º** – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme exigido pelo Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§ 5º** – Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **§ 6º** – Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, os órgãos da administração reunir-se-ão com a presença da maioria de seus respectivos membros, e suas deliberações serão consideradas válidas pelo voto da maioria dos presentes.

**Seção I Conselho de Administração: Artigo 13** – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 14 membros, acionistas da Companhia ou não, residentes no Brasil ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** – No mínimo 2 ou 20% dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como Conselheiro(s) Independente(s) aquele(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do § 3º abaixo. **§ 2º** – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no § 1º deste Artigo, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2. **§ 3º** – Caso, por qualquer motivo, um cargo de membro efetivo do Conselho de Administração fique vago, os membros remanescentes do Conselho de Administração deverão eleger membro substituto, que exercerá interinamente o mandato até a data da próxima Assembleia Geral a ser realizada, a qual elegerá novo membro, que exercerá o mandato pelo período remanescente até o término do mandato unificado. Para os fins deste §, ocorrerá a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez. **Artigo 14** – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, entretanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de quaisquer 2 outros membros do Conselho de Administração conjuntamente, por meio de uma notificação por escrito com antecedência de, no mínimo, 2 dias. A notificação poderá ser enviada por qualquer meio permitido com aviso de recebimento, inclusive e-mail, contendo o local, data e hora da reunião, bem como um sumário da ordem do dia. **§ 1º** – As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Neste caso, o Conselheiro que participar remotamente da reunião deverá expressar, inequivocamente, seu voto de forma verbal, sendo facultado o envio de carta ou correio eletrônico. **§ 2º** – Para ser devidamente instalada e adotar resoluções válidas, ao menos a maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício deve estar presente às reuniões. Em qualquer caso, será considerada devidamente convocada a reunião do Conselho de Administração na qual todos os seus membros em exercício tenham comparecido, independentemente do cumprimento das formalidades para convocação previstas neste Estatuto Social. **§ 3º** – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração que, neste caso, não terá voto de desempate. **§ 4º** – Os diretores e auditores independentes poderão ser convocados a participar das reuniões do Conselho de Administração, a fim de prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários. Será permitida também a participação de terceiro(s) admitidos pelo Conselho de Administração em suas reuniões na qualidade de "Observador(es)", que terão todos os direitos e deveres atribuídos aos demais membros do Conselho, exceto o direito de voto e de cômputo no quórum de instalação das reuniões, sendo tais Observadores admitidos às reuniões do Conselho de Administração mediante a assinatura de termo de confidencialidade apropriado. **§ 5º** – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo de, pelo menos, a maioria dos membros presentes à reunião. **§ 6º** – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro competente, assinadas por todos os Conselheiros presentes. Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis e publicadas de acordo com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **§ 7º** – O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer o direito de voto caso configure, supervenientemente à eleição, conflito de interesse com o da Companhia. **§ 8º** – O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto. **§ 9º** – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração. **§ 10** – Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão (ou aquele que vier a substituí-lo por qualquer dos motivos elencados nos §§ 11 e 12 deste artigo), além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação. **§ 11** – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho de Administração. **§ 12** – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante. **§ 13** – Os membros do Conselho de Administração não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 30 dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração. **Artigo 15** – O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação. **Artigo 16** – Além das matérias listadas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e de outras previsões deste Estatuto Social, o Conselho de Administração terá as seguintes atribuições: **I.** aprovar o orçamento anual e plurianual, plano de negócios, planos estratégicos e projetos de expansão; **II.** aprovar a aquisição, venda, transferência ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e a concessão de garantias em valores superiores a 3% da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, quando essas operações estiverem fora do curso ordinário de negócios de uma companhia atuante no setor da Companhia, observado o disposto no Artigo 29; **III.** deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações ou outros valores mobiliários quando a competência para tal deliberação puder ser tomada pelo Conselho de Administração nos termos da lei; **IV.** autorizar a Companhia a oferecer garantias a obrigações de terceiros em valores superiores a 3% da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, exceto quando se tratar de garantias do tipo incorrido por companhias no setor de atuação da Companhia no curso regular de seus negócios; **V.** convocar a Assembleia Geral da Companhia; **VI.** outorgar opção de compra de ações e ações restritas a administradores e empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas, sem direito de preferência aos acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; **VII.** autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o exercício do direito de preferência nas

emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; **VIII.** escolher e substituir os auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa elaborará informações para o Conselho de Administração, mediante solicitação do Conselho de Administração e no limite da sua competência, podendo o Conselho de Administração pedir esclarecimentos sempre que entender necessário; **IX.** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia, zelando por sua boa execução; **X.** eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; **XI.** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; **XII.** manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria, e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; **XIII.** apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; **XIV.** manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; **XV.** aprovar a negociação, cessão, transferência ou alienação de quaisquer bens intangíveis; **XVI.** aprovar a constituição de ônus de qualquer natureza, real ou pessoal, sobre ativos fixos da Companhia, em valores superiores a 3% da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, exceto no caso de penhora judicial, arresto ou sequestro judicial; **XVII.** aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas bem como a realização de quaisquer transações envolvendo Partes Relacionadas que, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, exijam sua aprovação; **XVIII.** aprovar a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas Controladas e cujos valores sejam superiores a 3% da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, observado o disposto no Artigo 29; **XIX.** deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de commercial papers e bônus de subscrição; **XX.** definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2; **XXI.** autorizar a Diretoria da Companhia a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia após autorização da Assembleia Geral; **XXII.** deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia ou suas Controladas; **XXIII.** aprovar o Código de Ética e Conduta da Companhia; **XXIV.** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; **XXV.** opinar sobre a distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório e deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, nos termos do Artigo 32, § 3º, deste Estatuto Social, ainda que excedam o valor estabelecido para o dividendo mínimo obrigatório da Companhia; **XXVI.** deliberar sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 33 deste Estatuto Social, ainda que acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; **XXVII.** deliberar sobre a celebração de acordo vinculante (incluindo, mas não se limitando a, memorando de entendimentos, carta de intenção e termo de acordo) para Combinação de Negócios ou qualquer outra operação similar pela Companhia; **XXVIII.** manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) o preço da oferta pública de aquisição; (ii) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (iii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iv) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia, ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) demais aspectos relevantes para a decisão do acionista; (vii) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; **XXIX.** supervisionar e garantir o cumprimento, pela Companhia, dos termos e condições dos instrumentos firmados pela Companhia e suas afiliadas em relação às transações necessárias para a reestruturação das dívidas da Companhia, conforme estabelecido e delineado nos termos do Acordo de Suporte à Transação (*Transaction Support Agreement*) celebrado, em 27/10/2024, com os detentores de títulos de dívida (*notes*) com garantia e vencimentos em 2028, 2029 e 2030, e das debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Companhia (Credores Apoiadores), incluindo, mas não se limitando, aos instrumentos, escrituras, contratos de garantia relacionados direta ou indiretamente: (i) às notas seniores super-prioritárias de taxa flutuante PIK com vencimento em 2030 (*Floating Rate Superpriority PIK Toggle Notes Due 2030*); (ii) às notas seniores garantidas em primeiro grau, com mesmo vencimento em 2028 e juros de 11,930% (11.930% *Senior Secured First Out Notes Due 2028*); (iii) às debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Azul S.A. (AZUL11) ("Debêntures Conversíveis"); (iv) às notas seniores garantidas em uma base de segundo grau e juros de 11,500% com vencimento em 2029 (11.500% *Senior Secured Second Out Notes Due 2029*); (v) às notas seniores garantidas em segundo grau e juros de 10,875% (10.875% *Senior Secured Second Out Notes Due 2030*); e (vi) às transações a serem consumadas no âmbito do disposto acima, incluindo a emissão de notas permutáveis e conversão em capital social; e **XXX.** deliberar sobre a recompra e/ou negociação pela Companhia de ações de emissão da própria Companhia ou derivativos nelas referenciados, exceto pelo disposto no Artigo 11, item "r", deste Estatuto Social. **Seção II Diretoria: Artigo 17** – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, todos residentes no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo necessariamente 1 Diretor-Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente Financeiro, 1 Diretor de Relações com Investidores e até 4 Diretores, com ou sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos. **§ 1º** – Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, em livro próprio, observado o disposto no Artigo 12, § 4º, deste Estatuto Social. A Diretoria deverá ser constituída por profissionais de comprovada experiência e capacidade de atuação em sua respectiva área de responsabilidade, devendo tais profissionais atender aos requisitos estabelecidos na lei e no Estatuto Social para o exercício de suas funções. **§ 2º** – Os Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Uma vez destituído um Diretor, o Conselho de Administração, no prazo de 10 dias contados da vacância, deverá eleger o substituto pelo restante do prazo de mandato. No mesmo sentido, ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria superior a 60 dias, deverá o Conselho de Administração reunir-se imediatamente e eleger o substituto para completar o mandato deixado vago. Caberá ao Diretor Presidente exercer as funções do respectivo membro da Diretoria até o seu retorno ou a posse do substituto, conforme aplicável. **§ 3º** – A Diretoria de Relações com Investidores poderá ser exercida por um Diretor de Relação com Investidores, ou, cumulativamente, por qualquer outro membro da Diretoria. **§ 4º** – O Conselho de Administração designará entre os diretores da Companhia aquele incumbido das funções de Diretor de Relações com Investidores, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras. **§ 5º** – Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **§ 6º** – Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro da Companhia, conforme orientação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e da execução do Plano de Negócios; fornecer informações relativas ao desempenho da Companhia periodicamente à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração; coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação aos auditores externos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ 7º** – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

**§ 8º** – Sem prejuízo das atribuições que o Conselho de Administração vier a designar para os demais diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos. **Artigo 18** – A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por qualquer membro da Diretoria, sempre que os interesses sociais o exigirem, com antecedência mínima de 5 dias, mediante carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica. A presença de todos os diretores permitirá a regular realização das reuniões da Diretoria independentemente de convocação. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. **§ 1º** – As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente. **§ 2º** – As reuniões da Diretoria poderão ocorrer por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Neste caso, o Diretor que participar remotamente da reunião deverá expressar, inequivocamente, seu voto de forma verbal, sendo facultado o envio de carta ou correio eletrônico. Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro competente, assinadas por todos os Diretores presentes. **Artigo 19** – Compete à Diretoria a representação da Companhia, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, que também poderão ser realizados por procurador devidamente constituído, observadas as restrições

continua ...



# PUBLICIDADE LEGAL

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2026, às 14h00, da Azul S.A. legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 20** – Compete, ainda, à Diretoria: **(a)** cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; **(b)** representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; **(c)** deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior; **(d)** submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(e)** elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, bem como o orçamento anual; **(f)** elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes; **(g)** propor alterações no Código de Ética e Conduta da Companhia ao Conselho de Administração, quando necessárias e com apoio do Comitê de ESG; **(h)** decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como sobre divergências entre seus membros; e **(i)** apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas. **Artigo 21** – A representação da Companhia, em qualquer ato que crie responsabilidade para a Companhia ou libere terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo a representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente, compete: **(i)** ao Diretor Presidente isoladamente; **(ii)** a quaisquer 2 Diretores em conjunto, ou **(iii)** a 1 procurador com poderes especiais, isoladamente, desde que tal procurador tenha sido nomeado pelo Diretor Presidente, na forma do Artigo 23 deste Estatuto Social. **§ Único** – A Companhia pode ser representada por um único Diretor ou procurador: **(i)** nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedades das quais ela participe; **(ii)** em atos ou operações da Companhia no exterior; **(iii)** perante órgãos de qualquer esfera de governo, conselhos ou associações profissionais ou sindicatos de trabalhadores; e **(iv)** em quaisquer atos ordinários que não criem responsabilidade para a Companhia. **Artigo 22** – As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente isoladamente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas com a cláusula *ad iudicia*, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 ano, observados os limites estipulados pelo Conselho de Administração, por este Estatuto Social ou pela lei. **§ Único** – Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 01 ano. **Artigo 23** – São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolvam a Companhia em obrigações e negócios ou operações estranhas ao seu objeto social. **Seção III: Comitê de Auditoria Estatutário: Artigo 24** – O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 membros, sendo sua maioria de membros independentes, nos termos da legislação em vigor. Dos membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário: **(i)** ao menos 2 deverão ser Conselheiros Independentes, sendo um deles designado como Coordenador de tal comitê; e **(ii)** ao menos 1 dos membros independentes deverá possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Conselho de Administração aprovará o regulamento aplicável ao Comitê de Auditoria Estatutário, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **Artigo 25** – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias: **(a)** opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; **(b)** supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: **(i)** a sua independência; **(ii)** a qualidade dos serviços prestados; e **(iii)** a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **(c)** supervisionar as áreas de controles internos e auditoria interna da Companhia; **(d)** supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; **(e)** monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia; **(f)** monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; **(g)** monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usados nas demonstrações financeiras da Companhia; **(h)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: **(i)** a remuneração da administração; **(ii)** a utilização de ativos da Companhia; e **(iii)** as despesas incorridas em nome da Companhia; **(i)** avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com Partes Relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; e **(j)** elaborar relatório anual resumo, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: **(i)** suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e **(ii)** quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia. **Seção IV – Comitê de Remuneração: Artigo 26** – O Comitê de Remuneração, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por 3 membros, indicados pelo Conselho de Administração, e terá seu regulamento aprovado por meio de reunião do Conselho de Administração, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de Remuneração, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **§ 1º** – No mínimo 2 dos membros do Comitê de Remuneração deverão ser Conselheiros Independentes. **§ 2º** – O Comitê de Remuneração será coordenado por um de seus membros independentes, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas. **Artigo 27** – Compete ao Comitê de Remuneração organizar, administrar e interpretar planos de incentivos lastreados em ações e resolver situações não previstas nos referidos planos, ou conflitos relacionados a eles. **Seção V – Comitê de ESG: Artigo 28** – O Comitê de *Environmental, Social & Governance*, ou simplesmente “Comitê de ESG”, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por 4 membros indicados pelo Conselho de Administração, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de ESG, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **§ 1º** – No mínimo 2 dos membros do Comitê de ESG deverão ser Conselheiros Independentes. **§ 2º** – O Comitê de ESG será coordenado por um de seus membros independentes, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas. **Artigo 29** – Compete ao Comitê de ESG: **I** – Elaborar e realizar a contínua avaliação do plano e estratégia de ESG instituído pela Companhia (“Plano de ESG”), verificando a consolidação dos planos de ação orçamentados, bem como outras propostas e iniciativas que envolvem a temática em questão, elaborando o modelo organizacional em referência alinhado aos procedimentos internos a serem tomados e às estruturas organizacionais necessárias para a implementação do Plano de ESG; **II** – Analisar e apoiar a Diretoria nas atualizações, alterações e inovações do Código de Ética e Conduta da Companhia; **III** – Realizar o acompanhamento dos compromissos de natureza ambiental, social e econômica e de governança corporativa assumidos pela Companhia, por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG, bem como recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de normas e procedimentos corporativos referentes às questões de ESG e a adoção de ações para a sua divulgação e para o monitoramento do seu cumprimento; **IV** – Revisar o painel de metas e indicadores do Plano de ESG da Companhia, bem como identificar e propor melhorias à estrutura, aos mecanismos e às práticas de governança da Companhia, de forma a manter em conformidade com a legislação aplicável e com as melhores práticas do mercado; **V** – Incentivar o acompanhamento das tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a adoção, pela Companhia, de políticas globais, nacionais, regionais ou locais referentes à sustentabilidade empresarial; **VI** – Identificar, abordar e tratar situações que envolvam temas e abordagens de ESG que possam ter o potencial de impactar a imagem, reputação e o patrimônio da Companhia, pelo fato de possuírem aspectos que possam causar um relevante impacto nos negócios, nos relacionamentos e na imagem da Companhia, mitigando, dessa maneira, os riscos eventuais; **VII** – Analisar os relatórios gerenciais advindos do Canal de Denúncia de Companhia, bem como acompanhar o andamento das apurações e investigações demandadas pelo Comitê de Ética e Conduta, e revisar e propor atualizações no Código de Ética e Conduta da Companhia, quando necessário; **VIII** – Recomendar a adoção, adesão, ingresso, manutenção ou a continuidade da Companhia em “Protocolos”, “Princípios”, “Acordos”, “Pactos”, “Iniciativas” e “Tratados” nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados com ESG; **IX** – Recomendar ao Conselho de Administração, quando pertinente, a implementação de programas de desenvolvimento ou aprimoramento para os membros da administração, executivos ou colaboradores, no intuito de promover o treinamento e difundir os conhecimentos de ESG, bem como promover o fortalecimento da cultura de ESG na Companhia; **X** – Participar da elaboração e atualização de relatórios que demonstrem o desempenho ESG da Companhia às partes interessadas (stakeholders); **XI** – Prestar suporte e apoio na manutenção da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, sempre que cabível, nos termos Política de Transações com Partes Relacionadas; e **XII** – Opinar sobre: **(i)** a venda ou transferência de bens do ativo permanente da Companhia em valores superiores a 3% da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, quando essas operações estiverem fora do curso ordinário de negócios de uma companhia atuante no setor da Companhia; **(ii)** a realização de quaisquer transações envolvendo Partes

Relacionadas que, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, exijam sua aprovação; e **(iii)** a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas controladas e cujo valor seja superior ao equivalente em Reais a US\$ 200.000.000,00 convertido pela taxa PTAX de venda publicada pelo Banco Central do Brasil em sua página na internet na data da transação. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 30** – A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação, que fixará também a remuneração de seus membros, respeitado o limite legal. O Conselho Fiscal poderá ser instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis. **§ 1º** – Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas por lei. **§ 2º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio. **§ 3º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§ 4º** – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **§ 5º** – Além dos impedimentos previstos em lei, não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: **(a)** seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Controlador ou Controlada de concorrente; **(b)** seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Controlador ou Controlada de concorrente. **§ 6º** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 31** – Quando instalado, o Conselho Fiscal reunirá-se, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **§ 1º** – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§ 2º** – O Conselho Fiscal manifestar-se-á por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§ 3º** – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço, Lucros e Dividendos: Artigo 32** – O exercício social coincidirá com o ano do calendário, tendo início em 1º de janeiro e encerrando em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º** – Ao final de cada exercício social, a Diretoria deverá preparar um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras devidas, conforme as disposições legais vigentes e o Regulamento do Nível 2. **§ 2º** – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado, o Conselho de Administração deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, para aprovação, a proposta de alocação do lucro líquido, de acordo com as previsões deste Estatuto Social. **§ 3º** – O Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos integrais com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** – A Companhia poderá pagar a seus acionistas, com a aprovação do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9, § 7º, da Lei nº 9.249/95 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, os quais podem ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento em conformidade com este Artigo deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia. **Artigo 34** – Quaisquer prejuízos acumulados e reservas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido deverão ser deduzidos dos resultados do exercício social, antes do pagamento de qualquer participação. **§ 1º** – Os lucros líquidos calculados conforme o *caput* deste Artigo serão aplicados como segue: **I** – 5% para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **II** – valor para a formação de reservas de contingência e a reversão dessas mesmas reservas constituídas em anos anteriores; **III** – 0,1% do saldo do lucro líquido, após as deduções referidas nas previsões anteriores e o ajuste previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e **IV** – o saldo remanescente, após a eventual retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado em assembleia geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 36 deste Estatuto Social, será distribuído como dividendo. **§ 2º** – O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas com relação ao exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, desde que atendido o previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º** – Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Artigo 35** – Dividendos e juros sobre o capital próprio não percebidos no prazo de 3 anos da data de sua disponibilização aos acionistas serão revertidos à Companhia. **Artigo 36** – A Diretoria da Companhia deverá preparar anualmente, antes do início de cada exercício social, um plano de negócios por escrito para a Companhia, que incluirá como anexos orçamentos operacionais por rubrica (*line item operating*) e orçamentos de dispêndio de capital (*capex*) para o exercício social a seguir, bem como margens para a remuneração da Diretoria. O plano de negócios será submetido ao Conselho de Administração para apreciação e aprovação, ao longo do último trimestre de cada exercício social. **Capítulo VII – Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2: Artigo 37** – A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações e demais valores mobiliários conversíveis em ações detidas pelos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar aos demais acionistas titulares de ações ordinárias as mesmas condições e o mesmo preço por ação pago por ação ordinária ao Acionista Controlador Alieneante. **§ Único** – A oferta pública de que trata este Artigo será exigida ainda: **(i)** quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou **(ii)** em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alieneante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor. **Artigo 38** – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: **(i)** efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 acima; e **(ii)** pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Artigo 39** – A Companhia não registrará: **(a)** quaisquer transferências de propriedade de suas ações para o Adquirente ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2; e **(b)** em sua sede Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos no item “a” acima. **Artigo 40** – Aquele que atingir participação de 30% de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Participação Acionária Relevante”) estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia. **§ Único** – O preço a ser ofertado aos titulares de ações ordinárias será o maior preço pago pelo acionista adquirente para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederem o atingimento da Participação Acionária Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária. **Artigo 41** – Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 42** – A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa deverá ser: **(i)** aprovada pelo Conselho de Administração; e **(ii)** comunicada à B3 por escrito com antecedência de 30 dias. **§ Único** – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais

acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 43** – O laudo de avaliação mencionado nos Artigos 41 e 42, § único, deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, § 1º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no artigo 8º, § 6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação, devendo ser respeitado o quórum estabelecido no artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante. **Artigo 44** – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no § Único do Artigo 37 deste Estatuto Social se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação. **Artigo 45** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no § Único do Artigo 42 acima. **§ 1º** – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **§ 2º** – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta. **Artigo 46** – A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 41 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 1º** – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste Artigo. **§ 2º** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*. **§ 3º** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2, ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2. **§ 4º** – Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **Artigo 47** – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. **Artigo 48** – Os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. O acionista não se exime da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações até que seja concluída, com observância das regras aplicáveis. **§ Único** – Não obstante o previsto nos Capítulo VIII deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos artigos. **Capítulo VIII – Arbitragem: Artigo 49** – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2. **§ Único** – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do Item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **Capítulo IX – Liquidação e Dissolução: Artigo 50** – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei ou mediante decisão da Assembleia Geral de Acionistas. **§ Único** – A Assembleia Geral nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo X – Definições: Artigo 51** – Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados, sem prejuízo de outros termos nele definidos: **(a)** “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia; **(b)** “Acionista Controlador Alieneante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia; **(c)** “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es) o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia; **(d)** “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, independentemente de espécie ou classe, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria; **(e)** “Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alieneante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; **(f)** “Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle; **(g)** “Conselheiro Independente” terá o significado atribuído no Regulamento do Nível 2. **(h)** “Controlê” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante; **(i)** “Derivativos” significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia; **(j)** “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: **(i)** vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob Controle comum; ou **(ii)** entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou **(iii)** que estejam sob Controle comum; **(k)** “Outros Direitos de Natureza Societária” significa: **(i)** usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; **(ii)** opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou **(iii)** qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia; **(l)** “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM. **(m)** “Combinação de Negócios” significa qualquer combinação de negócios (seja através de fusão, transformação, incorporação, incorporação de ações, aquisição, cisão, ou outra forma de reorganização societária ou qualquer combinação de negócios) entre a Companhia e uma empresa ou negócio (incluindo por meio de subsidiárias) do mesmo setor e que sejam, ou tenham sido, em 17/12/2024, listados ou cujas ações sejam, ou tenham sido, em 17/12/2024, negociadas publicamente em qualquer bolsa de valores nos Estados Unidos da América ou no Brasil. **Artigo 52** – Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Nível 2. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 15.137/260 em 30/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.









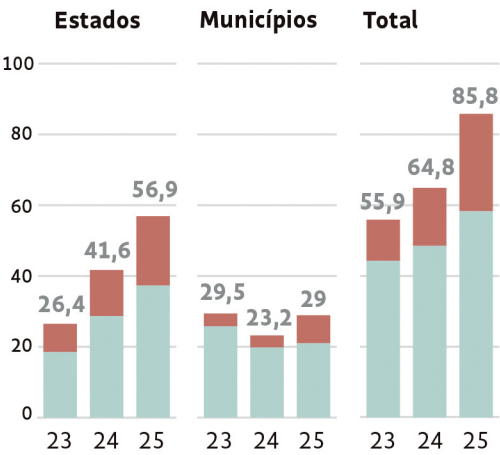
# GRÁFICOS INFORMATIVOS

## Crescimento dos empréstimos da União a estados e municípios

### Limites autorizados (Tesouro Nacional)

Em R\$ bilhões correntes

- Operações internas
- Operações externas\*
- Total no ano



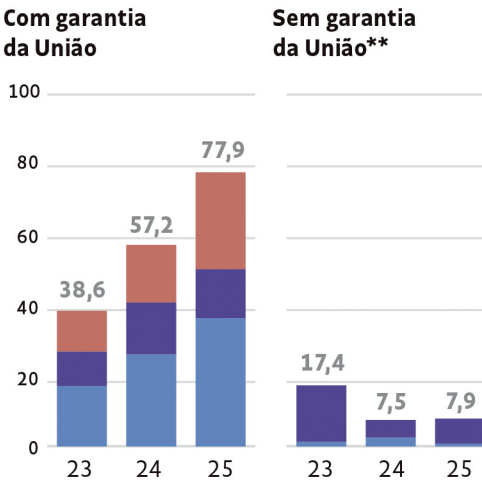
Total 2023-2025: Estados (125), Municípios (81,6), Total (206,6)

**R\$ 206,57 bilhões** é o valor total de empréstimos a estados e municípios autorizados pelo Tesouro Nacional nos primeiros três anos do governo Lula

### A evolução das operações, conforme a garantia

Em R\$ bilhões correntes

- Estados
- Municípios
- Total no ano
- Operações externas (estados e municípios)\*



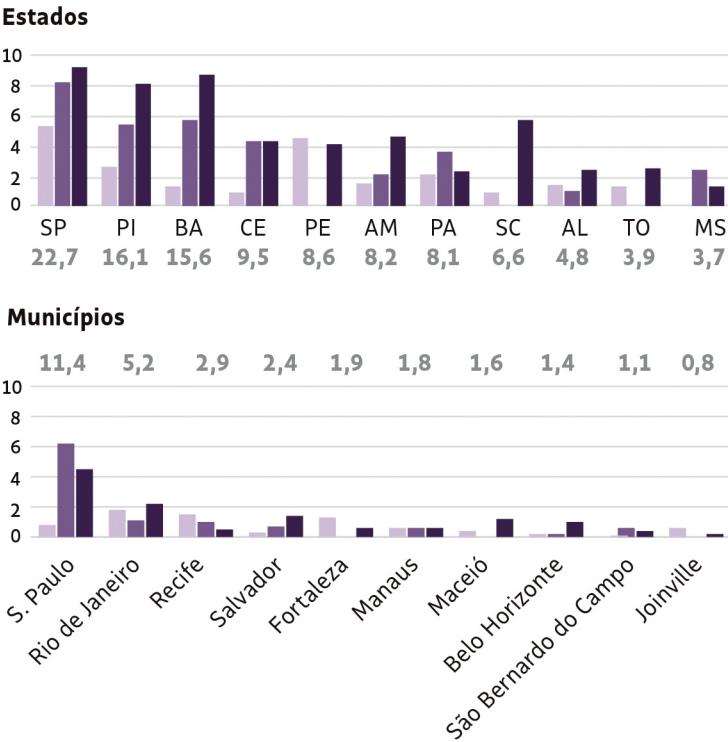
Total 2023-2025: Com garantia (173,7), Sem garantia (32,6)

**83,60%** das operações de crédito autorizadas de 2023 a 2025 têm garantia da União, que honrará os pagamentos em caso de inadimplência

### Os principais beneficiários dos empréstimos

Inclui operações internas e externas (convertidas pelo câmbio médio do ano da autorização)  
Em R\$ bilhões correntes

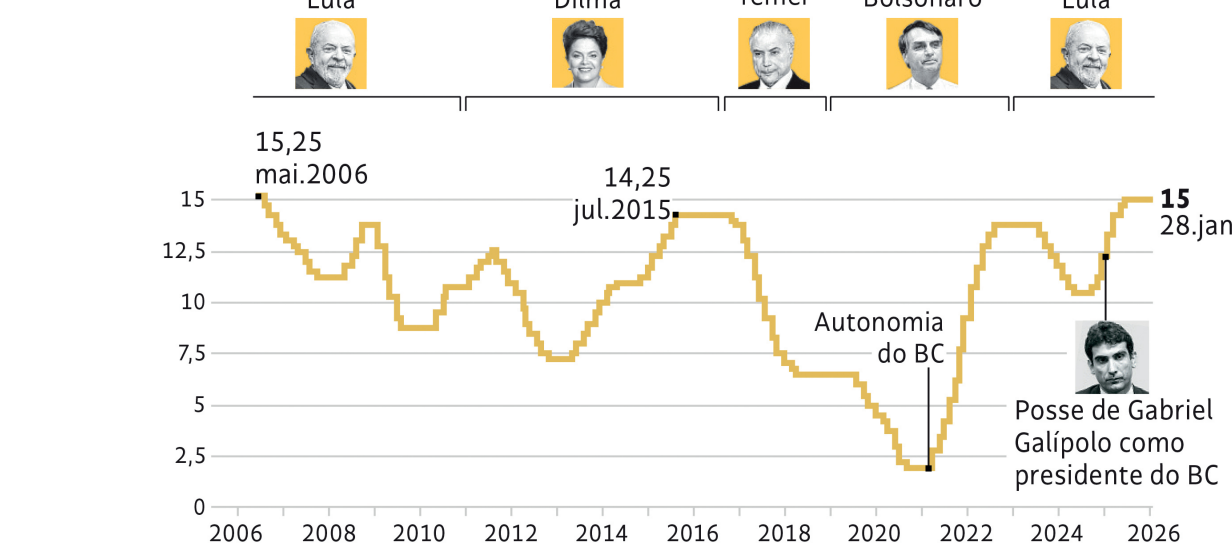
- 2023
- 2024
- 2025\*\*\*
- Total 2023-2025



\*Todas as operações externas têm garantia da União. Valores em dólares, euros e ienes foram convertidos pela cotação média da moeda no ano de autorização da operação  
\*\*O ente pode apresentar outras garantias, como receitas de transferências ou de tributos \*\*\* Valores autorizados para 2025 podem não ter sido contratados ainda Fonte: Tesouro Nacional

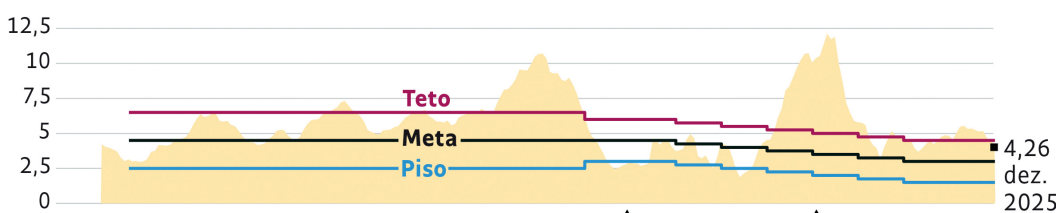
## Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



### Inflação

IPCA acumulado em 12 meses, em %



Quando a expectativa é de inflação em queda, com perspectiva de encerrar o ano **dentro da meta**, o BC pode reduzir os juros, o que ajuda também a estimular a economia

Quando existe expectativa de que a inflação fique **acima da meta**, o Copom (Comitê de Política Monetária) pode subir os juros com o objetivo de reduzir o estímulo à atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços

Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

## COTAÇÃO DAS MOEDAS



- Coroa (Suécia) - 0,5874
- Dólar (EUA) - 5,2236
- Franco (Suíça) - 6,7393
- Iene (Japão) - 0,03355
- Libra (Inglaterra) - 7,1589
- Peso (Argentina) - 0,003608
- Peso (Chile) - 0,006087
- Peso (México) - 0,3034
- Peso (Uruguai) - 0,1356
- Yuan (China) - 0,7529
- Rublo (Rússia) - 0,0678
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1712



## NEGÓCIOS

### Reduzir depósitos dos bancos no BC é excelente solução para recompor FGC, diz CEO do C6

Para Marcelo Kalim, CEO do C6 Bank, a liberação de parte dos compulsórios dos bancos para fortalecer o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) seria uma excelente solução, especialmente se fosse liberada parcela referente ao depósito a prazo.

Compulsório é a fatia dos depósitos que cada banco deve obrigatoriamente deixar guardada no Banco Central para casos emergenciais. Na pandemia, parte foi liberada para fomentar a economia, por exemplo.

"O FGC precisa ser recapitalizado. Ele trouxe confiança e estabilidade aos investidores e precisa ser preservado", afirmou Kalim nesta terça-feira (3) ao comentar o resultado do banco em 2025.

A recomposição do caixa do FGC após o caso do Banco Master tem sido discutida pelos bancos junto ao Banco Central e ao próprio fundo.

O presidente do C6 também defende que o FGC mude regras para evitar novos casos semelhantes ao Master, que se capitalizaram utilizando a garantia do fundo como chamariz.



Com a liquidação do banco de Daniel Vercaro, o fundo pode desembolsar até R\$ 40,6 bilhões com reembolsos. Além disso, o fundo estima que podem ser pagos aos clientes e investidores do Will Bank, outros R\$ 6,3 bilhões. Dessa forma, sobrariam cerca de R\$ 78 bilhões no caixa do FGC para novas coberturas.

Para recompor o FGC, os bancos associados podem ter que adiantar cinco anos de suas contribuições. Os pagamentos dos próximos 60 meses (cinco anos) por parte das instituições

seriam feitos ainda no início de 2026 e uma eventual contribuição adicional está em discussão.

De acordo com Kalim, este adiantamento não iria interferir no balanço do C6, mesmo sem a liberação do compulsório. "Não é relevante para o nosso tamanho", diz o executivo.

O presidente da fintech afirmou ainda que a liquidez vinda do pagamento das garantias do Master pelo FGC nas últimas semanas beneficiou a sua captação, com maior procura por parte dos investidores. Folhapress

### Recebeu um cheque da Amazon? Saiba por que brasileiros estão ganhando até US\$ 51

Nos últimos dias, alguns clientes da Amazon de fora do Brasil foram surpreendidos com uma correspondência inesperada – e que surpreendeu positivamente, dado que se trata de um pagamento.

Alguns dos usuários do serviço de streaming de vídeo da empresa – o Amazon Prime – tem recebido correspondências de alguns dólares (usualmente US\$ 28 ou US\$ 51) referentes a um acordo firmado entre a gigante de Jeff Bezos e o órgão de defesa do consumidor dos EUA, o Federal Trade Commission (FTC).

"Acabei de receber um cheque de US\$ 51 da FTC (Comissão Federal de Comércio dos EUA) referente à minha assinatura do Amazon Prime. O texto menciona Trump 3 vezes, mas estou na Austrália", disse uma usuária no X, antigo Twitter.

"Recebi um cheque de US\$ 28 da Amazon por uma perda de processo no USA aqui na Espanha. Alguém no Brasil recebeu? Até achei

que era scam, mas vi na internet que é verdade", disse outro usuário na rede social.

A IstoÉ Dinheiro entrou em contato com a companhia, que confirmou o envio de cheques.

"Alguns clientes elegíveis da Amazon que atualmente residem fora dos Estados Unidos e que anteriormente fizeram a assinatura do Prime via Amazon.com poderão receber um cheque como parte do acordo do Prime com a FTC. Informações sobre o acordo podem ser encontradas no site do administrador: <https://www.subscriptionmembershipsettlement.com/>", disse a empresa, em nota.

O acordo que está gerando esses pagamentos é resultado de uma disputa de US\$ 2,5 bilhões entre a Amazon e a FTC que foi oficializado em setembro de 2025.

Em suma, a FTC alegou que a empresa usou 'padrões obscuros' (dark patterns), ou seja, interfaces de design manipuladoras, para inscrever usuários no Amazon Prime sem consentimento claro. IstoÉDinheiro

### Ibram: faturamento do setor mineral em 2025 é de R\$ 298,8 bi, alta de 10,3% ante 2024



O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informou nesta terça-feira, 3, que o faturamento do setor mineral em 2025 atingiu R\$ 298,8 bilhões, crescimento de 10,3% em relação a 2024. O faturamento do minério de ferro caiu 2,2%, a R\$ 157,2 bilhões, equivalente a 52,6% do resultado do setor.

O faturamento do ouro aumentou 64,8%, a R\$ 39,3 bilhões. O cobre também teve forte ganho, de 50,1%, a R\$ 30,4 bilhões.

O Ibram lembra que em 2025 o ouro atingiu patamares de preços superiores a US\$ 4.000 por onça, levando a uma média anual 43,9% maior que em 2024.

A commodity fechou o ano em US\$ 4.289,48 por onça, 62,2% maior que o fechamento em 31 de dezembro de 2024.

O cobre segue em alta também: atingiu patamares superiores a US\$ 12 mil por tonelada, levando a uma média anual 8,7% superior a 2024. O preço da commodity em 5 de janeiro de 2026 fechou em US\$ 12.504, cifra 46% maior que o preço fechado em 31 de dezembro de 2024.

Já o minério de ferro seguiu na contramão, com recuo de 6,6% no preço médio anual em relação a 2024, fechando dezembro de 2025 a US\$ 107,19 por tonelada.

Os Estados de Minas

Gerais, Pará e Bahia lideraram o faturamento do setor mineral em 2025, com participações de 39,9%, 34,5% e 4,5%, respectivamente.

Arrecadação de impostos

O Ibram informou que o setor mineral respondeu por R\$ 103 bilhões em arrecadação de impostos em 2025, um crescimento de 10% ante 2024.

Em relação à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a arrecadação somou R\$ 7,9 bilhões em 2025.

O Ibram informou ainda, apoiado em dados do Novo Caged, que o setor alcançou o patamar de 229.312 empregos diretos, com 8.330 novas vagas geradas de janeiro a novembro. IstoÉDinheiro